

RECEBIDO

Em: 14/02/19


Izabelle Souza Pereira Pontes
Diretora Legislativa



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

REQUERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DE CEI Nº 07 /2019

Requer a criação de Comissão Especial de Inquérito, com a finalidade de investigar supostas ilegalidades nos contratos firmados pela Empresa Municipal de Urbanização no período entre 2015 e 2019.

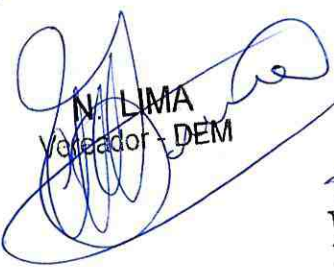
Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 45 do Regimento Interno, a criação de Comissão Especial de Inquérito para investigar supostas ilegalidades nos contratos firmados pela Empresa Municipal de Urbanização no período entre 2015 e 2019. Indico prazo de 180 dias para apuração dos fatos, podendo ser prorrogado. Solicito convocar autoridades municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar da administração pública direta e indireta informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister à presença.

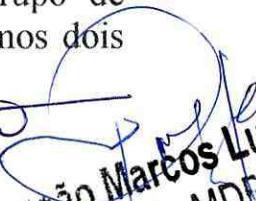
JUSTIFICATIVA

A Operação Midas, que investiga a Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), deve ser apoiada pela Câmara de Vereadores de Rio Branco a partir da instauração de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) na Casa do Povo. Diversas denúncias sobre suposto esquema de desvio de recursos públicos foram recebidas pelo Ministério Público, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), nos últimos dois anos.


CELIO GADELHA
Vereador - PSDB


N. LIMA
Vereador - DEM


Sandra Asfury
Lider do PSC


João Marcos Lu
Lider do MDB


Lene Petecão
Vice-Presidente


EMERSON JARUDE
Vereador -



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

O ex-diretor-presidente da Emurb, Jackson Marinheiro, foi preso em meados de 2017 junto a outros 20 servidores. Na ocasião, Marinheiro chegou a cogitar a delação. Após um ano e meio da prisão do ex-comandante da Emurb, as denúncias continuam sendo recebidas e há a possibilidade de mais autoridades envolvidas neste escândalo de corrupção. De acordo com as informações apresentadas pelo Gaeco, os supostos desvios somam R\$ 7 milhões. Empresários também foram presos na Operação Midas, pois agiam com a Emurb, emitindo notas fiscais acima dos valores devidos.

Esta Casa também tem o dever de acompanhar e auxiliar na investigação da operação deflagrada pela Polícia Civil. Os recursos financeiros milionários recebidos pela Emurb não se transformaram em resultados satisfatórios e asfalto de qualidade devido à corrupção na autarquia, que causou prejuízo imenso aos cofres públicos, sem impedimento do Poder Executivo Municipal, o que proporcionou a grande quantidade de buracos por toda a cidade. Em vez de combater a farra na Emurb, pois era notória a burocracia tantos nas vias principais que passam pelo centro quanto nos bairros mais afastados, a prefeitura fez vista grossa.

É evidente a grande quantidade de buracos na cidade. O tapa-buraco realizado pela empresa não é eficiente, entretanto, os recursos recebidos seguem sendo gastos de forma suspeita sem transmitir confiança à população, imprensa e Poder Judiciário, haja vista, que a Emurb recebe recurso também da Secretaria de Obras Públicas do município.

Faz-se necessário uma investigação sobre os gastos e serviços da Emurb por esta Casa para esclarecimento à população. Há muitas denúncias, inclusive relatório técnico que afirmam má aplicação da massa asfáltica. Empresários da cidade também denunciaram à Superintendência da Polícia Federal uma série de irregularidades cometidas em processos licitatórios para aquisição de brita. Uma das denúncias diz respeito a compra de brita 23% mais

CELIO CADELHA
Vereador - PSDB

W. LIMA
Vereador - DEM

Sandra Asfury
Lider do PSC

EMERSON JARUDE
Vereador -

Marcos Ly
Lider do MDP



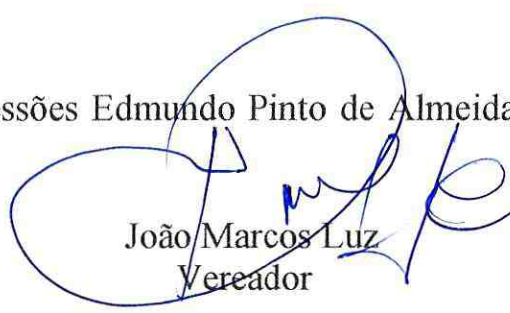
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

cara, compra que fez a autarquia deixar de economizar R\$ 300 mil aos cofres públicos.

Portanto é inadmissível que a Câmara de Vereadores não apoie a Justiça. Os últimos gestores da Emurb e da Prefeitura de Rio Branco afrontaram as leis e precisam ser investigados por esta Câmara Municipal de Vereadores da cidade.

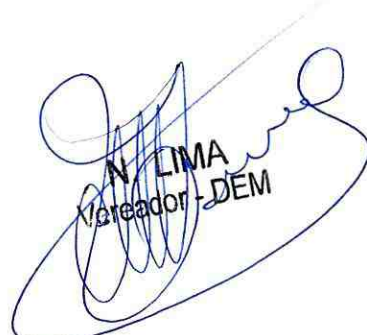
Indico prazo de 180 dias para apuração dos fatos. Solicito convocar autoridades municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar da administração pública direta e indireta informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister à presença.

Sala de Sessões Edmundo Pinto de Almeida Neto, 14 de fevereiro
de 2019.


João Marcos Luz
Vereador


CELIO GADELHA
Vereador - PSDB


Sandra Asfury
Lider do PSC


N. LIMA
Vereador - DEM


EMERSON JARUDE
Vereador -


Lene Peteca
Vice-Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

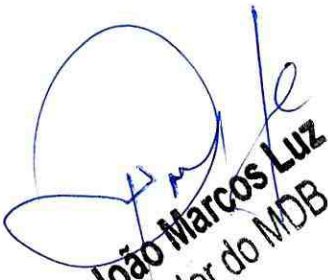
ANEXOS

Anexo 1 – Matéria do portal de notícias AC24HORAS – “A quadrilha estava à vontade”, diz promotor que confirma possibilidade de delação”; Data: 01/09/2017;

Anexo 2 – Blog do Crica (portal de notícias AC24HORAS) - Decisão pode apimentar escândalo da Emurb; Data: 02/09/2017;

Anexo 3 – Matéria do portal de notícias Folha do Acre – Emurb deixa de comprar brita mais barata, opta por 23% mais cara e deixa de economizar quase R\$ 300 mil; Data: 04/02/2019;

Anexo 4 – Matéria do portal de notícias Folha do Acre – Empresários denunciam Emurb à Polícia Federal por supostos crimes de cartel e direcionamento de licitação; Data: 11/02/2019.


João Marcos Luz
Lider do MDB


EMERSON JARUDE
Vereador -

Empresários denunciam Emurb à Polícia Federal por supostos crimes de cartel e direcionamento de licitação

Por **Gina Menezes** - 11 de fevereiro de 2019



Empresários da direção da empresa MSM, os irmãos Soster, denunciaram em ofício encaminhado à Superintendência da Polícia Federal no Acre (PF), no dia 14 de janeiro de 2019, uma série de irregularidades cometidas em procedimentos licitatórios para aquisição de brita realizados pela Empresa Municipal de Urbanização de Rio Branco (Emurb).

A direção da MSM, que se sentiu prejudicada com uma série de manobras feitas pela Emurb para beneficiar a Pedreira Extração Fortaleza, com que desejavam regularizar um antigo débito no valor de mais de R\$ 1 milhão, acusa a Emurb de direcionamento de licitação, sobre preço da aquisição de materiais, além de outros crimes cometidos ao afrontarem as leis que regem as licitações no Brasil.

No ofício encaminhado à PF e onde solicita abertura de processo investigatório para apurar as irregularidades nominadas no documento, a direção da MSM classifica como afronta à lei de licitações vigente no país e frisa que a Emurb cometeu uma série de irregularidades supostamente cometidas, sendo que entre elas está o cerceamento de outras empresas habilitadas a participar do certame e tratamento hostil por parte da administração passada e atual contra a empresa denunciante, deixando assim de aplicar a isonomia devida a casos como estes.

A MSM acusa a Emurb não apenas de praticar crime em afronta à lei de licitações, mas também de levar adiante a prática continuada de tais crimes causando assim prejuízo ao dinheiro público, pois deixou de comprar produtos por menor preço optando por comprar da Pedreira Fortaleza mesmo com os itens sendo mais caros.

A intenção da Emurb, segundo a empresa denunciante, seria pagar de forma ilegal um débito que a Pedreira Fortaleza tem a receber da empresa municipal.

"A MSM acusa a Emurb de agir fora da lei para beneficiar outro fornecedor, onerando ainda o erário público, evidenciando o direcionamento e a preferência da Emurb em contratar com aqueles que lhes convêm. Consta inabilitações e sobreposições de registro de preços bem como aquisição de produtos por meio de aditivos ilegais nos anos de 2015 e 2016, mesmo quando, de acordo com a lei, caberia a MSM a entrega do material a Emurb", diz trecho do documento.

A MSM afirma que para levar a fim seus crimes contra a administração a Emurb passou a comprar pequenas quantidades de materiais em Ata do Pregão 015/2015, Contrato 26/2016, em que MSM

foi vencedora e firmaram contrato com a empresa Pedreira Extração Fortaleza. A finalidade seria liquidar a dívida que a empresa Fortaleza possuía com a Emurb.

"Assim, pedimos que seja apurado as responsabilidades e razões que levam a atual administração, estar sendo cúmplice, agindo desta forma, reconhecendo dívida ou pagando valores de mais de R\$ 1 milhão de reais de forma ilegal", diz.

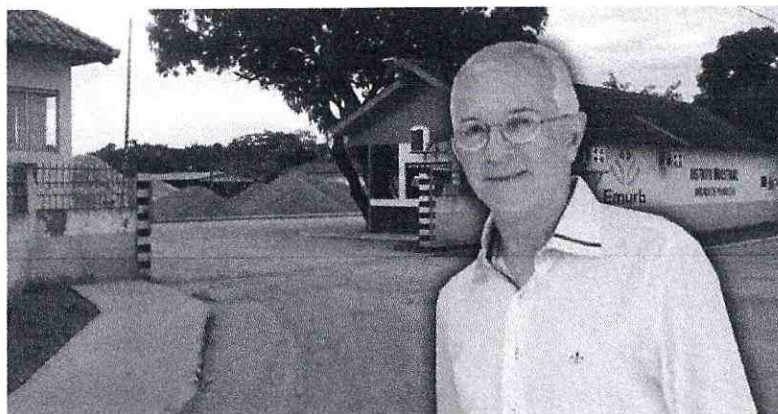
Gestão passada e presente da Emurb envolvidos com fraudes em licitações

No documento enviado à PF, contendo as atas dos pregões, a MSM solicita que sejam investigadas as administrações passada e presente da Emurb, haja vista que a atual gestão sequer se manifesta sobre as supostas práticas ilegais praticadas anteriormente.

"Faz-se necessário uma investigação afim de apurar os desmandos da gestão passada e atual que tem agido com intuito de favorecer a empresa em questão. A Emurb promoveu novos processos licitatórios, quando existia Atas Vigentes de Pregões no qual a MSM detinha o direito adquirido de fornecer com preços menores do que os oferecidos no mercado", diz.

A direção da MSM considera suspeita a atual gestão, mesmo tendo sido notificada dos desmandos, não tomar atitude alguma com relação a se chegar aos supostos culpados.

"Estranho que a atual gestão mesmo tendo conhecimento dos desmandos da gestão anterior não se manifesta contra e continua com as mesmas práticas ilegais das gestões passadas. A direção da Pedreira Extração Fortaleza esteve reunida por diversas vezes com a direção da Emurb, inclusive a última vez foi um dia antes da licitação, e estranhamente houve uma concorrência intensa com o objetivo de excluir a MSM como fornecedora da Emurb. Isso nos leva a concluir um interesse sistêmico de servidores da casa que deve ser investigado. Pugna pelo pedido de abertura de procedimento investigatório afim de que sejam apuradas as as responsabilidades", diz trecho do documento enviado à PF.



Emurb é acusada de comprar brita mais cara e causar prejuízo aos cofres públicos

A versão mal contada da Emurb sobre as compras com sobrepreço da Exp Fortaleza

A respeito da compra superfaturada feita pela Emurb ao adquirir brita mais cara da Exp Fortaleza, optando por 23% mais cara do que o valor previsto em ata vigente da MSN, deixando assim de economizar quase R\$ 300 mil, o diretor administrativo e financeiro da Emurb, Gabriel de Almeida Gomes, que, na época da falta da aplicação do princípio da economicidade, era o procurador jurídico que endossou a negociação, afirmou à reportagem da Folha do Acre que o material, a brita, não foi comprada pelo valor de R\$ 98,00 pelo fato da Pedreira Fortaleza estar sem o balancete financeiro, o que inviabilizou a contratação.

LEIA TAMBÉM:

Emurb deixa de comprar brita mais barata, opta por 23% mais cara e deixa de economizar quase R\$ 300 mil

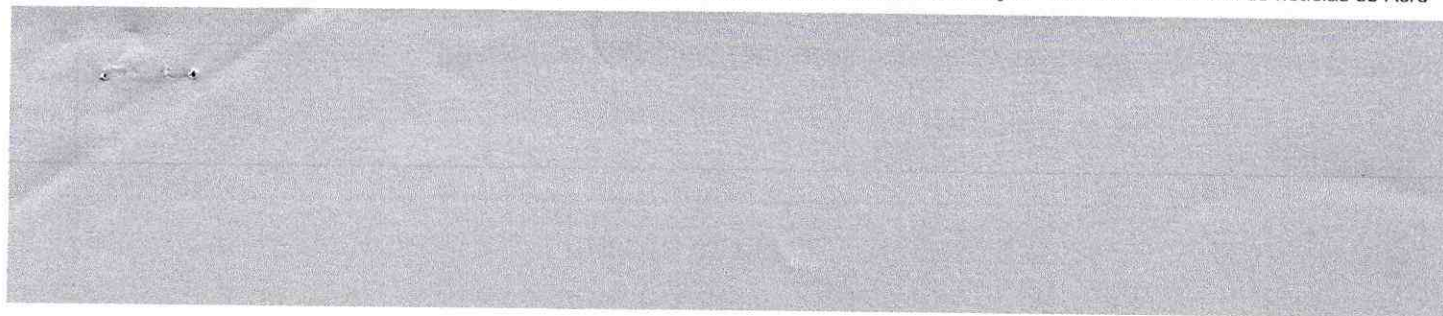
Todavia, essa versão cai por terra ao se analisar o processo de contratação e se verificar que para estar habilitada para o certame a Exp Fortaleza teve que apresentar todos os documentos, inclusive, o tal balancete.

Outro fato que chama atenção é que a Emurb não possui mais comissão de licitação interna, não sendo, portanto, a responsável por questionar a habilitação, ainda mais em fase de conclusão quando caberia a Exp Fortaleza apenas emitir nota fiscal eletrônica e certidão para a entrega da brita.

200

Comentários

1 comentários



Rio Branco, Acre, Quarta-feira, 13 de Fevereiro de 2019

CAPA ÚLTIMAS NOTÍCIAS ACRE POLÍTICA ECONOMIA CIDADES BLOGS & COLUM



"A quadrilha estava à vontade", promotor que confirma a possibilidade de Delação

Publicado 1 ano atrás em 01/09/2017

Por **Luciano Tavares**, da redação ac24horas 



"A quadrilha estava à vontade", disse o promotor de Justiça Fernando C do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco Ministério Público do Acre, durante coletiva, ao falar sobre a 2ª fase da Midas, deflagrada na manhã desta sexta-feira, que prendeu 18 pessoas nove eram funcionários da Emurb e outros nove empresários., que não seus nomes divulgados pelas autoridades.

A operação foi desencadeada em parceria com a Polícia Civil. Entre os p o ex-diretor-presidente do Órgão, Jackson Marinheiro, atualmente asse deputado federal César Messias (PSB). É a segunda vez que Jackson é pi mesmo caso.

LEIA SOBRE A OPERAÇÃO MIDAS – FASE 2

>>Jackson Marinheiro e empresários são presos em nova Fase da O Midas

>>Jackson teria dito a amigos que poderia fazer delação: "Não com sozinho"

O promotor de Justiça disse que a corrupção na Emurb estava "estava institucionalizada. Ficamos estarecidos com a grande quantidade de pessoas envolvidas".

As fraudes ocorriam na locação de máquinas e equipamentos e na compra de madeiras e cimento. Esses produtos eram pagos, "mas jamais entraram no estoque da Emurb". Os desvios somam R\$ 7 milhões. Os empresários pagavam com o grupo, emitiam notas fiscais acima dos valores.

REPERCUSSÃO:

Sobre nomeação de Jackson no gabinete de César Messias, promotor
"Qualquer pessoa que exerça cargo público tem que ser idônea"

"Os desvios pontuais para beneficiar um outro membro da organização registrados como se fossem o fornecimento de material utilizado na mesma finalidade. Chegou a esse ponto."

O grupo agia com tanta sincronia dentro da Emurb que até as informações solicitadas formalmente pelo Ministério Público seriam maquiadas no intuito de desviar o foco das investigações. "Há suspeita de que os documentos foram falsificados de forma maquiada", diz Fernando Cembranel.

O promotor de Justiça Bernardo Albano informou que a nova gestão da Emurb colaborou com a operação. Uma nova fase da operação deve ser desenvolvida. Os promotores confirmaram as investigações sobre a possível existência de funcionários fantasmas.

O grupo preso hoje deve responder pelos crimes de formação de quadrilha e peculato. O MP pediu a indisponibilidade dos bens dos presos. Eles terão que ressarcir os cofres públicos. Os integrantes do Gaeco também foram informados que existe possibilidade de delação premiada.



Rio Branco, Acre, Quarta-feira, 13 de Fevereiro c

CAPA ÚLTIMAS NOTÍCIAS ACRE POLÍTICA ECONOMIA CIDADES BLOGS & COLUMN

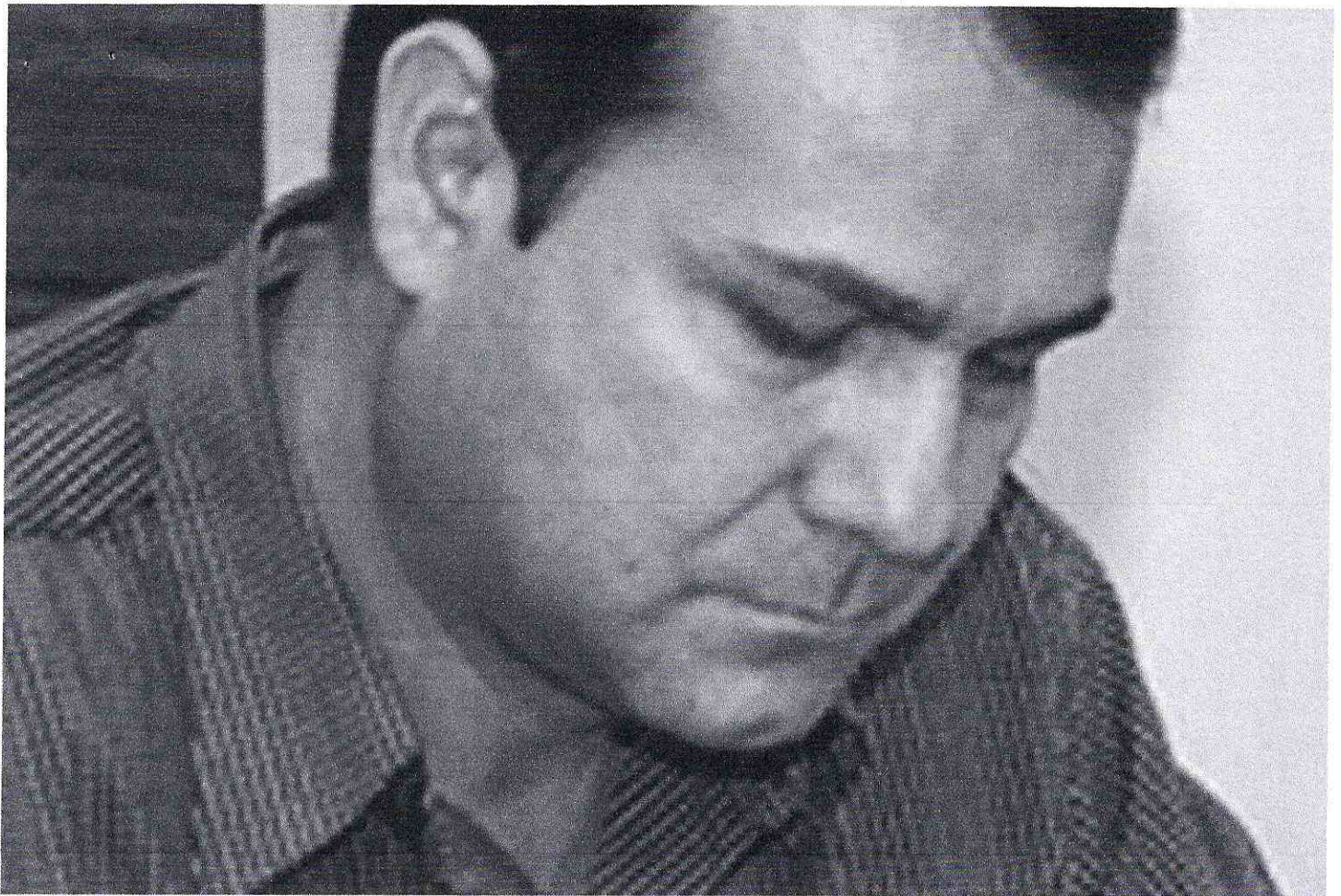


BLOG do Crica

Delação pode apimentar escândalo da Emurb

Publicado 1 ano atrás em 02/09/2017

Por **Luis Carlos Moreira Jorge** 



O escândalo da EMURB, revelado até aqui e que, já levou para a prisão servidores do órgão, pode estar apenas na ponta do iceberg. O familiar presos acusados de ser responsável por grande desvio de recursos me ontem para adiantar que, se não for dada toda a assistência jurídica ao sobrinho e demorar a ser solto, ficou decidido que, ele fará uma “delação premiada”. “Ele não meteu este dinheiro que falam no bolso e não vai p se fosse um dos chefes. Pela família já está decidido: ele conta tudo, inc detalhes das campanhas políticas, já que sempre esteve à frente de tod últimos vinte anos, na zona rural”. Ficou de me ligar nos próximos dias autorizando a revelação do nome e da decisão tomada. As prisões acor ontem até aqui não envolvem diretamente e nem juridicamente o prefe Alexandre (foto) nas supostas práticas criminosas, mas, politicamente, f ruim para a sua imagem, porque o fato vai virar alvo preferencial da op parlamento – já virou na rede social – e notadamente por ser candidato governo pelo PT, na eleição do próximo ano. E será bandeira na campai 2018. Mesmo estando limpo neste episódio. Mas nada que possa ser de numa disputa.

UMA CORREÇÃO

Coluna do jornal "OPINIÃO" defendi que, o prefeito Marcus Alexandre d afastar os servidores da EMURB envolvidos no escândalo. Não pode, pç estarem ocupando cargos de confiança. São funcionários do quadro. Sê condenados em última instância, na justiça. Fica feita a correção.

TEORIA DA CONSPIRAÇÃO

Circulava ontem uma teoria da conspiração que toda a operação foi mc "fogo amigo" para atingir a candidatura do prefeito Marcus Alexandre. f Que se sabia antecipadamente que as prisões aconteceriam é um fato. motivação não foi política.

A AÇÃO É POLICIAL

Esta ação da EMURB só acontece porque deve haver motivo e prova de errado foi descoberto. Não entro pelo caminho mirabolante de ação po por ter o MP junto.

EXTREMO CUIDADO

Estas prisões na EMURB podem ser analisadas pelo desastre político q Assim como a rejeição das contas do DERACRE pelo DNIT, quando Marc Alexandre era seu diretor. O fato tem que ser dado pelo lado jornalístic entrar no sensacionalismo político. No caso do DNIT é um ato administ está na esfera judicial. E sobre a EMURB está em apuração. Tem que se os fatos para não redundar num pré-julgamento como no caso G-7, em acusados foram absolvidos, mas não sem antes sofrerem execração pú

AMIZADE ATÉ CERTO PONTO

Esta nova prisão do ex-diretor da EMURB, Jackson Marinheiro, deixa o s próximo, deputado federal César Messias (PSB) sem ter como mantê-lo assessor do seu gabinete. Poderia lhe manter se solto ele estivesse, cor defendi na coluna, mas preso complica.

CAMINHO NORMAL NA POLÍTICA

A oposição está fazendo um carnaval em cima das prisões na EMURB e condenação administrativa do DNIT para que o prefeito Marcus Alexanc valores. Mesmo não tendo nada juridicamente o envolvendo, não há q

condenar a oposição, pois, se o PT estivesse na oposição faria bem pior em torno do assunto é da normalidade política.

PRATO FEITO NA CAMPANHA

Estes dois assuntos e seus desdobramentos estarão como pratos feitos campanha.

BRINCANDO DE VICE

Chega ser hilária a tese de que por ser demitida da TV-GAZETA, a jornalista Mara Rocha, se credenciou a ser a vice na chapa ao governo do senador Gladson Cameli (PP). My God! My God! Como continua amadora a oposição! O que tem fato com o outro?

NADA CONTRA, MAS AJUDARIA EM QUÊ?

Não me interessa quem será o vice do senador Gladson Cameli (PP), pois o Chico ou a Chica, não vai influenciar em nada na minha profissão e nem pessoal. Mas não sei o que a jornalista Mara Rocha poderia contribuir como conselheira de vice do Gladson Cameli (PP), caso este consiga ganhar a eleição para o governo. É apenas uma observação.

NÃO ME DIZ RESPEITO

Esta questão do vice do senador Gladson Cameli (PP) e do vice do prefeito Alexandre não me diz respeito. Opino como jornalista do ramo político, na minha área de atuação.

ROTINAS PERIGOSAS

Virou rotina atentar contra a vida de agentes penitenciários. E voltaram as invasões de residências com violência contra os moradores, como aconteceu em Belo Jardim. A polícia não pode afrouxar a sua ação nos bairros. Não é raridade um carro policial no bairro.

FALTA DE PERENIDADE

Quando se fazem grandes operações e prisões são efetuadas diminuem as matanças e os assaltos às casas. Mas isso acontece numa eventualidade, não têm de ser perenes.

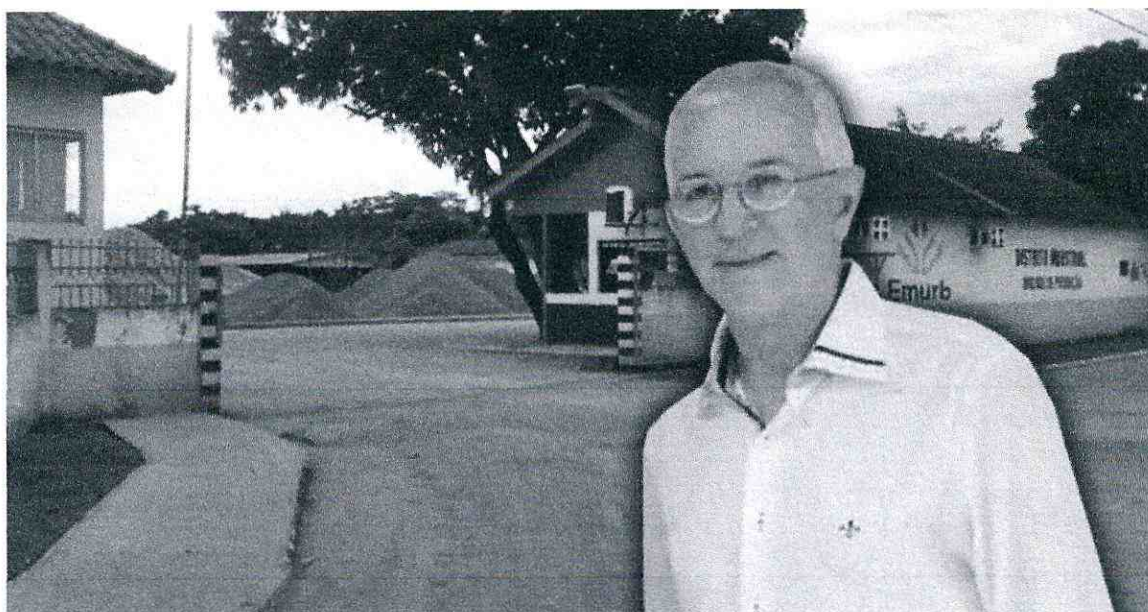


folhadoacre.com.br



Emurb deixa de comprar brita mais barata, opta por 23% mais cara e deixa de economizar quase R\$ 300 mil

Por **Gina Menezes** - 4 de fevereiro de 2019



Os cálculos em busca da tão sonhada economicidade propagada pela prefeita de Rio Branco, Socorro Neri, parece não ter se aplicado à Empresa Municipal de Urbanização de Rio Branco (Emurb), que segue dando prejuízo para

 folhadoacre.com.br

Os cálculos em busca da tão sonhada

economicidade propagada pela prefeita de Rio Branco, Socorro Neri, parece não ter se aplicado à Empresa Municipal de Urbanização de Rio Branco (Emurb), que segue dando prejuízo para os rio-branquenses, a julgar pelo fato da direção da empresa pública ter escolhido comprar brita 1 pelo valor de R\$ 126,90, com base em um pregão antigo, embora ainda vigente e descartado a possibilidade de comprar o mesmo item pelo valor de R\$ 98,00, sendo que havia um novo pregão realizado e em plena vigência.

A direção da Emurb preferiu comprar um item 23% mais caro do que fazer valer seus direitos, com base na lei de licitações e ter obrigado a empresa, a Pedreia Ext Fortaleza Imp e Exp Ltda, a fornecer o item, assumindo assim sua responsabilidade de objeto no qual foi vencedora por lance livre. A prefeitura economizaria R\$ 291 mil reais se optasse por comprar o produto mais barato.



folhadoacre.com.br

O caso escabroso da opção por valor mais caro aconteceu em 2018 e a empresa MSM Industrial, a quem a Emurb recorreu para comprar a brita pelo valor de R\$ 126,90, comunicou a Emurb que eles estariam deixando de economizar dinheiro público ao comprar com pregão vencido pela Pedreira Ext Fortaleza Imp e Exp Ltda. E temendo a prática de alguma irregularidade, a MSM também comunicou aos órgãos de controle como Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Procuradoria Geral do Município (PGE).

Ao notificar aos órgãos de controle e a própria Emurb que havia um pregão onde a brita poderia ser comprada por preço bem menor, a empresa MSM tentou se esquivar de quaisquer tipo de problema oriundo da falta de economia praticada com o erário público.

A grande pergunta com relação à opção pela aquisição de um item mais caro, quando se poderia optar por comprar um mais barato, é





folhadoacre.com.br



A grande pergunta com relação à opção pela aquisição de um item mais caro, quando se poderia optar por comprar um mais barato, é por que a Emurb não comprou no valor de R\$ 98,00 da Pedreia Ext Fortaleza Imp e Exp que venceu o certame ofertando o menor preço? Os ofícios contendo o questionamento central de porque optar por comprar pelo preço maior foi enviado em dezembro de 2018, mas até agora não foi respondido.

O diretor administrativo e financeiro da Emurb, Gabriel de Almeida Gomes, que, na época da falta da aplicação do princípio da economicidade, era o procurador jurídico que endossou a negociação, afirmou à reportagem da Folha do Acre que o material, a brita, não foi comprada pelo valor de R\$ 98,00 pelo fato da Pedreira Fortaleza estar sem o balancete financeiro, o que inviabilizou a contratação.



 folhadoacre.com.br

“Foi feita esta licitação e a empresa Pedreira Fortaleza se sagrou vencedora, mas quando chegou o processo aqui para a confecção da ata se constatou que a empresa estava sem uma documentação, o balanço se eu não me engano, daí não se pode fazer a contratação desta empresa. Como precisamos do material e tínhamos um contrato válido nós continuamos usando o contrato anterior, mas os procedimentos estão sendo adotados para que se eventualmente se demonstre a responsabilidade da empresa de ter agido de má fé que ela seja responsabilizada”, diz.

A despeito das explicações de Gabriel, é importante salientar que no processo administrativo que resultou na aquisição dos materiais ficou comprovado que a Pedreira Ext Fortaleza apresentou todos os documentos, incluindo balancete, para obter aval da comissão de licitação para prosseguir no processo.

